



Perspectivas da OCDE para o Emprego em 2011

Sumário em Português

- As Perspectivas da OCDE para o Emprego constituem o relatório anual da OCDE sobre a situação dos mercados de trabalho e do emprego na zona OCDE.
- A edição de 2011 apresenta um panorama das condições do mercado de trabalho na sequência da crise financeira e económica. Embora o desemprego global tenha baixado, após um ápice da recessão, ainda é alto em muitos países, especialmente para grupos vulneráveis, tais como jovens desfavorecidos. A despeito de pressões fiscais, é fundamental que sejam mantidas medidas adequadas com vista a combater altos níveis de desemprego.
- A recessão de 2008-2009 funcionou como um rude "teste de resistência" para a rede de segurança social nos países da zona OCDE. As Perspectivas para o Emprego identificam lacunas potencialmente importantes na assistência aos desempregados através de subsídios. Um dos ensinamentos retirados da crise é o de que pode perfeitamente justificar-se o aumento temporário da duração máxima dos subsídios de desemprego durante uma profunda recessão, especialmente em países nos quais a duração normal desses subsídios é relativamente reduzida e o acesso de desempregados de longa data a subsídios "de última instância" é limitado.
- A edição de 2011 também analisa programas de protecção social em economias emergentes e a maneira como podem ser definidas de maneira a evitar que incentivos ao trabalho sejam solapados. Uma avaliação aprofundada do seguro contra o desemprego no Brasil, de transferências monetárias na África do Sul e da protecção da saúde no México demonstra que a extensão da protecção social nas economias emergentes também pode, se for bem elaborada, contribuir para melhores resultados obtidos no mercado de trabalho.
- A edição de 2011 mostra que muitos trabalhadores nos países da OCDE sofrem amplas flutuações nos rendimentos do trabalho, de um ano para outro. Importantes reduções nos ganhos individuais aumentam o risco de pobreza do agregado familiar e de tensão financeira, mas a progressiva tributação dos rendimentos e subsídios de desemprego generosos tendem a amenizar os efeitos da volatilidade dos ganhos no bem-estar das famílias. A protecção contra o desemprego pode atenuar o impacto a curto prazo dos choques macroeconómicos no emprego e nos rendimentos. Todavia, regras estritas relativas aos despedimentos são muitas vezes associadas a uma dualidade do mercado de trabalho, exigindo que os decisores políticos encontrem um equilíbrio entre os efeitos concorrentes das regras relativas aos despedimentos.
- As perspectivas para o Emprego mostram que cerca de um entre quatro trabalhadores da zona OCDE são excessivamente qualificados para os seus respectivos empregos, ao passo que apenas um entre cinco é insuficientemente qualificado. As disparidades em termos de qualificação não implicam forçosamente uma real discrepância entre as competências possuídas pelos trabalhadores e aquelas que são exigidas no mercado de trabalho. Apesar disso, cerca de 40% dos trabalhadores excessivamente qualificados têm o sentimento de que possuem as capacidades que lhes permitem enfrentar tarefas mais exigentes no trabalho. Estas e outras novas conclusões empíricas fornecem a base para uma melhor compreensão do papel que os sistemas educacionais, as instituições e

organizações de aprendizagem ao longo da vida e as políticas referentes ao mercado de trabalho podem desempenhar com vista a assegurar que os trabalhadores adquiram as competências necessárias no mercado de trabalho e que estas competências se enquadrem nos empregos mais apropriados.

TAREFA INACABADA: INVESTIR NA JUVENTUDE

A promoção do aumento do emprego é fundamental mas também são necessárias medidas mais amplas com vista ao combate aos problemas estruturais do mercado de trabalho...

A promoção de um crescimento económico rico em criação de empregos deve ser a resposta fundamental ao combate ao desemprego de longo prazo. Todavia, poderá não ser suficiente simplesmente combater a herança de oportunidades perdidas que ocorreram antes da crise, quando condições económicas mais sólidas não conseguiram reduzir com durabilidade as desigualdades, tanto relativamente aos rendimentos como ao acesso a empregos bem pagos e produtivos. Na verdade, tal como documentado no seguimento a ser publicado pela OCDE ao seu relatório de 2008 intitulado "Criar Desigualdades?", algumas destas desigualdades até mesmo se agravaram.

Alguns jovens arriscam seriamente uma desvinculação do mercado de trabalho e este risco foi acentuado pela crise...

Em particular, maiores esforços têm de ser empreendidos para melhorar duravelmente os resultados do mercado de trabalho para os jovens que foram afectados de maneira desproporcionalmente grave pela recessão (conforme documentado no Capítulo 1º deste volume). No primeiro trimestre de 2011, o índice de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos foi de 17,4% na zona OCDE, comparativamente com 7% para os adultos de 25 anos ou mais.

Mas esses dados sobre o desemprego dos jovens apresentam apenas uma parte do contexto das dificuldades que têm enfrentado no mercado de trabalho. De maneira geral, os jovens que não se encontram empregados, nem matriculados num estabelecimento de ensino ou em formação (o chamado grupo NEET) constituem um grupo com alto risco de marginalização e de exclusão do mercado de trabalho, em particular se ficarem muito tempo fora do mundo do trabalho. No quarto trimestre de 2010, este grupo representava 12,6% da população total de jovens de 15 a 24 anos nos 30 países da OCDE para os quais se encontram dados disponíveis, um aumento de 10,6% relativamente a 2008. Isto representa 22,3 milhões de jovens, dos quais 14,6 milhões eram inactivos e não matriculados em escolas e 7,7 milhões, desempregados.

No contexto de uma fraca retoma da criação de empregos, uma parcela significativa e crescente de jovens, até mesmo entre aqueles que teriam encontrado trabalho em tempos mais favoráveis, corre o risco de desemprego ou inactividade prolongados, com consequências potencialmente negativas a longo prazo para as suas respectivas carreiras, aquilo a que chamamos os "efeitos estigmatizantes". Estes riscos incluem dificuldades a longo prazo para encontrar trabalho e diferenças persistentes em matéria de remuneração, relativamente aos seus pares. Os jovens que deixarão a escola nos próximos anos terão mais probabilidades de lutar pela obtenção de um trabalho do que as gerações anteriores.

O combate à exclusão dos jovens do mercado de trabalho é um problema que tem sido muito bem analisado, mas que não apresenta nenhuma solução facilmente encontrável...

O problema dos maus resultados do mercado de trabalho para alguns grupos de jovens não tem nada de novo, tendo sido uma questão preocupante para os governos há muitos anos. Na verdade, as questões relativas aos jovens têm sido um tema recorrente das reflexões da OCDE sobre as políticas de emprego nos últimos 50 anos.

O que ficou claro a partir da realização deste trabalho é que não há nenhuma solução rápida que assegure um bom começo a todos os jovens no mercado de trabalho. Alguns países têm obtido melhores resultados que outros, mas todos enfrentam o desafio de lidar com um núcleo irreduzível de jovens que arriscam ficar excluídos do mercado de trabalho. Uma mais ampla criação de empregos é uma parte fundamental da solução, mas não poderá ajudar a todos

os jovens, a não que venha acompanhada de outras medidas. O relatório da OCDE em 2010 "Um Bom Começo na Vida Activa: Empregos para a Juventude", que resume os ensinamentos básicos das análises de 16 países, apresenta um manancial de boas práticas com vista a ajudar os jovens a darem os primeiros passos na vida profissional.

Basicamente, uma abordagem com duas vertentes é necessária para combater, por um lado, as subjacentes barreiras estruturais a uma melhor inserção dos jovens no mercado de trabalho e, por outro lado, o aumento, causado pela crise, do número de jovens que nem trabalham nem estudam.

Medidas relacionadas com problemas estruturais têm de ser tomadas...

Em primeiro lugar, têm de ser implementadas políticas para superar o fracasso a longo prazo dos esforços com vista a permitir que todos os jovens tenham um bom começo na vida profissional. Para começar, medidas de prevenção têm de ser tomadas, com vista a melhorar a educação das crianças desde o início, em particular das crianças oriundas de famílias com baixos rendimentos e de meios desfavorecidos. Para serem totalmente eficazes, estas medidas precisam ser mantidas durante o período da escolarização obrigatória. Isto, por sua vez, ajudará a diminuir os abandonos prematuros dos estudos.

Estas medidas têm de ser complementadas através de esforços com vista a alcançar uma melhor adequação entre as competências que os jovens adquirem na escola e aquelas que são necessárias no mercado de trabalho. Conforme documentado no Capítulo 4 deste volume, uma parcela considerável de jovens trabalhadores tem excesso de qualificação para as funções que exerce, embora esta proporção tenha tendência a diminuir com o avanço da idade. A redução das inadequações em matéria de competências exige uma maior reactividade dos sistemas educativos com vista a mudar as necessidades em competências e a reforçar a opção educacional através, por exemplo, de melhores oportunidades para o ensino e a formação profissional.

Finalmente, os obstáculos ao emprego de jovens também precisam ser suprimidos. Em particular, os mercados de trabalho altamente segmentados, resultantes de regulamentações abertamente estritas sobre as contratações permanentes, podem significar que os empregos para iniciantes de curta duração não funcionam como um primeiro patamar que conduz a empregos mais estáveis, tornando-se, ao contrário em impasses. Se forem fixados a um nível demasiado alto em relação à média dos salários, os salários mínimos também podem funcionar como um desincentivo para que os empregadores contratem jovens com poucas competências e sem experiência. Assim, alguns países têm adoptado salários mínimos com montantes mais baixos para jovens.

E apesar das pressões fiscais, é fundamental manter recursos adequados para medidas eficazes em termos de custos com vista a combater o amplo aumento do desemprego entre os jovens...

A segunda linha de acção política precisa ser dirigida para o combate ao aumento do desemprego entre os jovens que ocorreu no âmbito da recente crise económica e financeira. Dado que muitos países têm enfrentado pressões cada vez mais elevadas para consolidação fiscal, é importante que os governos deem prioridade às intervenções eficazes em termos de custos, com vista a melhorar os resultados do mercado de trabalho para os jovens. Assim, as políticas devem focalizar os mais desfavorecidos, inclusive os desempregados de longa data e aqueles que se expõem a altos riscos de exclusão.

Os programas de assistência para a busca de emprego revelaram-se ser as intervenções precoces mais eficazes em termos de custos para jovens que tenham sido avaliados como estando prontos para ingressar no mundo do trabalho. Extensões temporárias da cobertura social também podem ser fundamentais para a prevenção da pobreza entre os jovens desempregados. Conforme demonstrado no Capítulo 3 deste volume, a volatilidade dos ganhos é particularmente alta entre os jovens trabalhadores. Alguns países também têm introduzido subvenções salariais com vista a encorajar os empregadores a contratarem jovens desempregados com baixo nível de competências. Todavia, a fim de evitar os conhecidos efeitos de peso morto que comportam esses subsídios (isto é, contratações que teriam sido efectuadas, mesmo sem subsídios), estes devem ser adequadamente identificados, por exemplo em empresas de pequeno e médio porte ou em contratos de aprendizagem. Também é possível que alguns países necessitem expandir as oportunidades para programas de "estudo/experiência profissional", tais como programas de aprendizagem e outros programas com a dupla vocação de ensino e de formação profissional.

Por fim, uma assistência mais intensiva e correctiva deve ser identificada para os jovens que se encontram em mais grave situação de risco de exclusão social. Se, por um lado, as estratégias de incentivo ao retorno às salas de aula podem revelar-se ser contraproducentes para estes grupos, programas de formação externos aos estabelecimentos de ensino tradicionais, combinados com uma exposição regular à experiência profissional e ao acompanhamento por adultos, revelam-se, por outro lado, ser muitas vezes melhores estratégias para esses grupos de jovens desvinculados do mundo do trabalho.

Investir na juventude deve ser um objectivo político fundamental para que possam ser alcançados melhores resultados económicos e sociais a longo prazo para todos.

Investir na juventude e proporcionar-lhe um melhor ingresso no mundo do trabalho deve ser um objectivo político primordial. Caso contrário, haverá um alto risco de persistência ou de aumento, neste núcleo duro, do número de jovens deixados de lado e que sofrem com sub-empregos e más perspectivas em termos de remuneração. Num contexto de populações que estão a envelhecer, as economias e sociedades da OCDE simplesmente não podem arcar com os altos custos económicos e sociais que tais resultados acarretariam.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal, 75116
Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights

